

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.133.500,00	1.133.500,00	889.721,52	78,49
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	170.000,00	170.000,00	131.459,47	77,33
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	154.500,00	154.500,00	116.576,67	75,45
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	359.500,00	359.500,00	261.281,29	72,68
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	419.000,00	419.000,00	364.860,45	87,08
Imposto Territorial Rural - ITR	-	-	-	-
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.500,00	2.500,00	401,60	16,06
Dívida Ativa dos Impostos	18.000,00	18.000,00	12.759,51	70,89
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	10.000,00	10.000,00	2.382,53	23,83
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	15.316.000,00	15.316.000,00	10.354.386,86	67,61
Cota-Parte FPM	8.400.000,00	8.400.000,00	5.437.129,68	64,73
Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	565,89	5,66
Cota-Parte IPVA	600.000,00	600.000,00	633.548,78	105,59
Cota-Parte ICMS	6.193.000,00	6.193.000,00	4.196.397,33	67,76
Cota-Parte IPI-Exportação	74.000,00	74.000,00	58.665,50	79,28
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	39.000,00	39.000,00	28.079,68	72,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	39.000,00	39.000,00	28.079,68	72,00
Outras	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	16.449.500,00	16.449.500,00	11.244.108,38	68,36

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	846.300,00	966.300,00	618.133,08	63,97
Provenientes da União	487.000,00	487.000,00	281.433,05	57,79
Provenientes dos Estados	145.300,00	265.300,00	167.500,00	63,14
Provenientes de Outros Municípios	126.000,00	126.000,00	71.877,43	57,05
Outras Receitas do SUS	88.000,00	88.000,00	97.322,60	110,59
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	-	-	-	-
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	-	-	-	-
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	846.300,00	966.300,00	618.133,08	63,97

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	6.866.250,00	7.394.112,30	4.492.033,18	60,75	3.661.726,10	49,52
Pessoal e Encargos Sociais	3.000.000,00	3.021.650,00	1.745.316,88	57,76	1.732.073,08	57,32
Juros e Encargos da Dívida	1.000,00	1.000,00	458,88	45,89	305,92	30,59
Outras Despesas Correntes	3.865.250,00	4.371.462,30	2.746.257,42	62,82	1.929.347,10	44,14
DESPESAS DE CAPITAL	165.125,00	628.826,35	205.222,01	32,64	199.143,65	31,67
Investimentos	164.125,00	627.476,35	203.913,17	32,50	198.271,09	31,60
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	1.000,00	1.350,00	1.308,84	96,95	872,56	64,63
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	7.031.375,00	8.022.938,65	4.697.255,19	58,55	3.860.869,75	48,12

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV f) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IV g) x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-	-	-	-	-	-
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	740.950,00	1.382.380,21	500.147,00	10,65	470.765,47	12,19
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	705.300,00	1.346.730,21	490.761,72	10,45	461.380,19	11,95
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
Outros Recursos	35.650,00	35.650,00	9.385,28	0,20	9.385,28	0,24
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	2.642.200,00	2.693.708,11	1.662.046,48	35,38	1.061.676,89	27,50
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	3.383.150,00	4.076.088,32	2.162.193,48	46,03	1.532.442,36	39,69

TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	3.648.225,00	3.946.850,33	2.535.061,71	53,97	2.328.427,39	60,31
--	---------------------	---------------------	---------------------	--------------	---------------------	--------------

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) ⁴ - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ⁴ e ⁵	20,71
--	--------------

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb) / 100] ⁶	641.811,13
---	-------------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA
---	-----------	-----------------------	-------	---------	---------------------

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

					NO LIMITE
Inscritos em 2015	11.959,51	5.570,46	3.060,83	3.328,22	11.959,51
Total	11.959,51	5.570,46	3.060,83	3.328,22	11.959,51

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	24.040,15	-	24.040,15
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	93.264,20	-	93.264,20
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	173,02	-	173,02
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	40.472,83	-	40.472,83
Total (VIII)	157.950,20	-	157.950,20

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Total (IX)	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (l)	% (l/ Total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/Total m) x 100
			Atenção Básica	2.596.175,00	2.990.268,05	1.744.529,50
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.309.150,00	3.376.150,00	2.213.875,24	47,13	1.824.805,08	47,26
Suporte Profilático e Terapêutico	756.500,00	1.065.620,50	606.311,73	12,91	232.954,60	6,03
Vigilância Sanitária	235.650,00	457.000,10	101.988,05	2,17	93.928,07	2,43
Vigilância Epidemiológica	133.900,00	133.900,00	30.550,67	0,65	30.550,67	0,79
Alimentação e Nutrição	-	-	-	-	-	-
Outras Subfunções	-	-	-	-	-	-
TOTAL	7.031.375,00	8.022.938,65	4.697.255,19	100,00	3.860.869,75	100,00

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, Secretaria de Finanças, 22/Set/2017, 16h e 46m.

- Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
- Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
- Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

RREO ANEXO 12: demonstrativo emitido com base nas normas contábeis vigentes em conformidade com a metodologia de cálculo dos gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais, do Ministério da Saúde e do Sistema de Informação sobre Orçamentos Públicos em Saúde – SIOPS.

Salienta-se que o Tribunal de Contas do Paraná – TCE/PR considera as despesas com Royalties de Recursos Hídricos da Itaipu como despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde que participam no cálculo do índice mínimo (15%) constitucional de gastos com ASPS, já o Ministério da Saúde e o SIOPS não consideram tais despesas no cálculo do índice.

Portanto algumas tabelas deste demonstrativo possuem divergência quanto alguns valores em relação ao mesmo demonstrativo emitido pela metodologia do TCE/PR, principalmente a tabela que trata da apuração do índice mínimo (15%) constitucional de gastos com ASPS.